TC 002.173/2014-0

Tomada de Contas Especial

Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

Recurso de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recursos de reconsideração interpostos pelo Sr. Antônio Fernandes dos Santos Neto, Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados e Sr. Luís Antônio Paulino (peças 61, 62 e 87, respectivamente) contra o Acórdão 4.088/2015 – TCU – Primeira Câmara.

2. O acórdão recorrido foi prolatado no âmbito de TCE instaurada em virtude da não comprovação da efetiva aplicação dos recursos transferidos por meio do Convênio Sert/Sine 38/99, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresa em Processamento de Dados do Estado de São Paulo (peça 1, p. 19-20).

3. O Convênio Sert/Sine 38/99 teve como objeto o treinamento de 7.705 pessoas para formação de mão de obra nas disciplinas de microinformática, processamento de texto e planilha eletrônica (peça 2, p. 56-64). Sua execução previu a utilização de recursos federais provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), transferidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) à Sert/SP, por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 4/99 (peça 1, p. 48-58).

4. As irregularidades constatadas ensejaram a impugnação total das despesas realizadas com recursos Convênio 38/99. Em razão disso, acolhendo parcialmente proposta formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP), o TCU julgou irregulares as contas dos recorrentes e condenou-os ao pagamento do valor histórico de R\$ 1.241.968,95 (peça 55). Contra essa decisão, os recorrentes interpuseram este recurso de reconsideração.

5. A Secretaria de Recursos (Serur) analisou o teor dos recursos interpostos e concluiu, em pareceres convergentes (peças 110, p. 17, e 111 e 112), pela inexistência de razões para seu provimento, posicionamento com o qual me manifesto, desde já, de acordo. Teço apenas breves considerações relativamente a dois pontos que considero centrais no contexto das razões recursais apresentadas.

6. O primeiro diz respeito ao argumento concernente à suposta prescrição do débito. Aduzem os recorrentes que deve ser aplicada a prescrição decenal prevista no Código Civil, em virtude do reconhecimento de repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Recurso Extraordinário (RE) 669.069.

7. Ao apreciar o Tema 666 de repercussão geral, reconhecida no âmbito do aludido RE 669.069, o STF firmou novo entendimento no sentido de que “*é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil*” (grifamos).

8. Com efeito, a matéria discutida nestes autos não se relaciona com a prática de condutas ilícitas de natureza civil, mas sim com ilícitos de natureza administrativa, perpetrados durante a execução de convênio administrativo, por meio do qual foram geridos recursos públicos federais transferidos pelo MTE.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

9. Portanto, em virtude de a decisão do STF apresentada pelos recorrentes não se aplicar ao caso em análise, deve ser mantido o entendimento no sentido da imprescritibilidade das ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de dano ao erário, consolidado, neste Tribunal, por meio da Súmula TCU 282.

10. Com vistas a corroborar esse entendimento, adicionalmente aos julgados já utilizados pela Serur em sua fundamentação, cumpre transcrever trecho do voto condutor do Acórdão 7.254/2016-TCU-Segunda Câmara, da relatoria do Ministro Augusto Nardes, em que este Tribunal se manifestou acerca da recente decisão do STF, referente ao tema de repercussão geral 666 (grifamos):

13. Quanto ao precedente do Supremo Tribunal Federal citado pela embargante [Recurso Extraordinário 669.069], registro que o entendimento ali exarado **não se aplica ao caso em exame, por tratar** da prescritibilidade da ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente **de ilícito civil, o qual possui natureza diversa dos atos examinados nestes autos** e cuja apreciação não se insere na competência deste Tribunal.

11. O segundo ponto arguido pelos recorrentes que reputo merecer destaque concerne à suposta suficiência e adequação da prestação de contas que já havia sido anteriormente encaminhada. A esse respeito, cumpre lembrar que a impugnação total das contas apresentadas decorreu da omissão dos responsáveis em apresentar documentos capazes de comprovar a capacidade técnica dos instrutores, bem como a regularidade das várias despesas efetuadas.

12. Esses fatos foram suficientemente detalhados pela Comissão de TCE (peça 2, p. 144-146), repisados pela Secex/SP em sua instrução de mérito (peça 49, p. 16-17, itens 68, 70.1 e 71.1), destacados por mim no parecer emitido na ocasião da apreciação do mérito desta TCE (peça 52), bem como pelo Relator da decisão recorrida, Ministro Benjamin Zymler, no item 55 do voto condutor do Acórdão 4.088/2015 – TCU – Primeira Câmara.

13. Entretanto, às peças recursais apresentadas, não foram acostados novos elementos capazes de suprir tal deficiência. Os recorrentes limitaram-se a argumentar que a prestação de contas anteriormente encaminhada teria sido suficiente para a comprovação da regularidade dos gastos (peças 61, p. 8-10, e 62, p. 8-10).

14. Por fim, quanto aos demais argumentos constantes das peças recursais, aquiesço às conclusões da unidade instrutiva em relação à sua improcedência.

15. Dessa forma, em consonância com a análise empreendida pela Serur, constato que os argumentos apresentados pelos recorrentes não são suficientes para elidir as irregularidades identificadas nos autos e que fundamentaram a condenação imposta pelo Tribunal, sendo, por conseguinte, incapazes de alterar a deliberação recorrida.

16. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas reitera sua concordância com relação à proposta uniforme formulada pela Serur.

(Assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador